

Ensino a perigo

Fredy Krause

O congelamento das mensalidades escolares por um período prolongado, ao longo do qual a inflação não deixou de crescer, embora mais moderadamente que nos meses que antecederam à edição do Plano Collor, fatalmente vitimará, mais uma vez, a qualidade do ensino nas escolas particulares do País. Pelo menos, naquelas que tenham no ensinar a finalidade precípua de sua atividade.

Não é que se deva censurar a preocupação do Governo em segurar a inflação. Até pelo contrário: é obrigação dele fazê-lo. No entanto, a forma burra e indiscriminada com que vem se portando relativamente aos estabelecimentos de ensino começa a gerar preocupações quanto ao futuro de nossos filhos. Nossos, porque também sou pai de alunos de escolas particulares, onde venho acompanhando o achatamento dos salários dos professores e uma ameaça à for-

mação de meus filhos, que desejo educar bem.

Será que uma professora que percebe um salário mensal do Cr\$ 12 mil sente-se encorajada a investir no seu aperfeiçoamento? Terá ela a tranqüilidade psicológica suficiente para transmitir aos nossos filhos o melhor do seu saber? A resposta é óbvia. Em reação à má-remuneração, muitos professores tomam coragem e ou tentam fazer concurso para a Fundação Educacional — que paga bem melhor do que a média das escolas particulares do DF —, ou abandonam definitivamente o magistério.

Poder-se-á argumentar que é dever do Estado prover a educação e todos os brasileiros. Porém este argumento cai no vazio, por si só. O Estado está mesmo conseguindo educar os nossos filhos? Não há mais alunos sem escola em Brasília ou em qualquer Estado do País?

Se a resposta a todas estas indagações é negativa, a lógica mais elementar sugere que as escolas particulares, em vez das constantes intromissões governamentais em sua seara, merecem a maior consideração e apoio.

Devemos, então, jogar todas as escolas na mesma panela? Rotulá-las como exploradoras da sociedade? Ou, então, inversamente, considerá-las anjinhos? Nem uma coisa nem outra. Sugiro tão-somente um deslocamento das atenções do Governo para outra esfera: que as escolas deixem de ser alvo das intromissões do Ministério da Economia, deixando-se-lhes liberdade para fixarem os seus preços. E que entre em cena o Ministério da Educação para, quando este for um bem cobrado — e pago —, de acordo com a importância que merece, exigir uma melhora da qualidade do nosso ensino. Que deixem o resto por conta dos pais.